



O CEO da OpenAI, Sam Altman, durante palestra nos EUA; empresa não se pronuncia sobre processo

Musk processa OpenAI por não produzir IA a serviço da humanidade

Bilionário acusa empresa dona do ChatGPT e seu CEO, Sam Altman, de descumprir propósito original do projeto

LONDRES | FINANCIAL TIMES Elon Musk entrou com um processo contra a OpenAI e seu CEO, Sam Altman, sob a alegação de que a aliança multibilionária da dona do ChatGPT com a Microsoft comprometeu o propósito original da startup de construir sistemas de inteligência artificial para o benefício da humanidade.

"A OpenAI foi transformada em uma subsidiária de fato de código fechado da maior empresa de tecnologia do mundo: a Microsoft", alega a defesa de Musk em petição a um tribunal de San Francisco na quinta (30).

Sob seu novo conselho, não está apenas desenvolvendo, mas está refinando uma AGI [inteligência artificial geral] para maximizar os lucros da Microsoft, não para o benefício da humanidade". A AGI é uma IA com mesmo nível de

inteligência que os seres humanos, ou até superior.

Musk diz que o processo visa "forçar" a OpenAI a cumprir o acordo fundador de construí-la tecnologia que não beneficie só indivíduos como Altman e corporações como a Microsoft.

Procurada, a OpenAI não quis comentar. Representantes de Musk e a Microsoft não responderam até a publicação desta reportagem.

Musk foi um dos cofundadores da OpenAI em 2015. Na época, disse que doaria um total de US\$ 44 milhões ao grupo.

Ele deixou o conselho da OpenAI em 2018 após desentendimentos com Altman sobre o rumo da pesquisa. Um ano depois, o grupo estabeleceu um braço com fins lucrativos, pelo qual a Microsoft investiu cerca de US\$ 13 bilhões. A aliança está sendo revisada por órgãos reguladores de con-

corrência nos EUA, na União Europeia e no Reino Unido. O presidente da Microsoft, Brad Smith, disse que as empresas são "parceiras muito importantes", mas que "a Microsoft não controla a OpenAI".

A Comissão de Valores Mobiliários dos EUA (SEC) emitiu intimações para executivos da OpenAI em novembro investigando se Altman havia enganado seus investidores, segundo pessoas familiarizadas com o assunto.

Essa investigação começou logo após o conselho da OpenAI demitir Altman como CEO para readmiti-lo dois dias depois. Um novo conselho foi instituído, incluindo o ex-executivo da Salesforce, Brett Taylor, como presidente.

Um escritório de advocacia independente, o WilmerHale, está realizando uma análise interna sobre as alega-

ções do antigo conselho contra Sam Altman.

Após o lançamento do ChatGPT no final de 2022, a OpenAI se tornou líder em IA generativa — software que pode produzir texto, imagens e código em segundos —, que analistas acreditam que revolucionará setores em todo o mundo. Rivals da Microsoft, como Google e Amazon, também estão investindo alto na tecnologia.

No ação judicial, os advogados de Musk escrevem que o acordo fundador da OpenAI exige que a startup torne a sua "tecnologia abertamente disponível ao público", mas em vez disso tem sido usada "como tecnologia proprietária para maximizar os lucros" da Microsoft.

As alegações de Musk se baseiam no fato de que, se a OpenAI fizer uma descoberta que leve à criação da AGI, a Microsoft não será dona dos direitos sobre a tecnologia revolucionária.

Ele acrescentou que o novo conselho da OpenAI não tem a qualificação necessária para determinar "se e quando a OpenAI alcança a AGI — e, portanto, para avaliar se desenvolveu um algoritmo que está fora do escopo da licença da Microsoft".

O processo também busca uma decisão dos tribunais sobre se tecnologias como o GPT-4 — o último modelo de IA da OpenAI — já podem ser consideradas AGI.

Meta confronta Austrália e anuncia fim de acordos com empresas de mídia

SYDNEY | REUTERS A Meta disse que vai deixar de pagar às empresas de mídia da Austrália por conteúdo que aparece no Facebook, estabelecendo uma nova batalha com o governo australiano, que foi pioneira com uma lei que força as big techs a fazer acordos de licenciamento.

Governos como o da Austrália e veículos de mídia têm argumentado que o Facebook e o Google se beneficiam injustamente em termos de receita de publicidade quando links para notícias aparecem em suas plataformas.

A big tech vem reduzindo o alcance de notícias e conteúdo político e diz que links do tipo são agora uma fração dos feeds dos usuários.

Em comunicado, a empresa disse que vai descontinuar uma aba no app do Facebook que promove notícias na Austrália e nos EUA, após ter cancelado o recurso no ano passado no Reino Unido, na França e na Alemanha.

Como resultado, "não entraremos em novos acordos comerciais para conteúdo tradicional de notícias nesses países e não ofereceremos novos produtos do Facebook especificamente para empresas de notícias", acrescentou a companhia.

A decisão coloca a Meta contra o governo australiano e a lei de 2021 do país.

"A ideia de que uma empresa pode lucrar com o investimento de outras, não apenas o investimento em capital mas o investimento em pessoas, o investimento em jornalismo, é injusta", disse o primeiro-ministro australiano, Anthony Albanese, a jornalistas. "Essa não é a maneira australiana de fazer as coisas", acrescentou.

De acordo com a lei de 2021, o governo do país deve decidir se nomeará um mediador para definir os pagamentos da Meta e potencialmente multar a empresa se ela não cooperar. A maioria dos acordos da Meta com a mídia australiana teve duração de três anos e deve expirar em 2024.

"A Meta está dizendo 'o que você vai fazer?' e o governo australiano tem uma decisão real a tomar", disse Tania Leaver, professora de estudos da internet na Curtin University.

Os maiores grupos de mídia da Austrália criticaram a decisão, chamando-a de um ataque ao setor.

"A Meta está usando seu

Justiça de SP manda empresa parar de usar marca no Brasil

SÃO PAULO | REUTERS O TJSP (Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo) determinou que a gigante das redes sociais Meta Platforms deixasse de usar a marca no Brasil, após queixa da brasileira Meta Serviços em Informática, que afirma estar sendo prejudicada desde que a companhia do bilionário Mark Zuckerberg trocou de nome, em 2021, no auge da mania do "metaverso".

O tribunal deu 32 dias de prazo para a Meta Platforms, que antes se chamava Facebook, deixar de usar a marca Meta no Brasil, uma vez que a Meta Serviços registrou a marca em 2020 junto ao INPI (Instituto Nacional de Propriedade Intelectual).

O desembargador Eduardo Azuma Nishi determinou multa diária de R\$ 150 mil em caso de descumprimento da decisão, emitida pelo tribunal na quarta-feira (28).

A Meta Serviços afirma que, desde a mudança do nome da dona do Facebook e do Instagram, vem sofrendo prejuízos que incluem recorrentemente intimações denunciantes às redes sociais da gigante norte-americana, "perturbações sofridas por funcionários", desatrativo de perfis da empresa brasileira no Instagram e inclusão da empresa em processos judiciais.



BOLSA DE TECNOLOGIA DOS EUA FECHA EM NÍVEIS HISTÓRICOS PELO SEGUNDO DIA SEGUIDO
Movimento na Nasdaq em Nova York, que na quinta (29) voltou a bater recorde após mais de dois anos, renovou nesta sexta (30) sua pontuação máxima, ao subir 1,7%, puxado pelo boom nas ações de inteligência artificial. Michael H. Sengupta/Getty Images/AFP

Abrir iPhone na UE para loja fora da App Store preocupa, diz Apple

BRUXELAS | REUTERS Agências governamentais da União Europeia têm expressado preocupações sobre questões de segurança com a abertura dos iPhones e iPads para a entrada de lojas de aplicativos concorrentes, medida que está sendo tomada pela Apple para cumprir as regras de tecnologia da UE, disse a empresa nesta sexta (30).

Sob a Lei de Mercados Digitais (DMA), a partir do dia 7, a Apple terá que oferecer lojas de aplicativos alternativas em seus iPhones e permitir que desenvolvedores optem por não usar seu sistema de pagamento no aplicativo, que cobra taxas de até 30%.

A Apple, que em 24 de janeiro detalhou as mudanças para adequar sua App Store às regras da UE, disse que o "sideloading", a instalação de aplicativos em um dispositivo móvel sem usar a loja oficial do sistema operacional, tem gerado preocupações tanto de agências governamentais da UE quanto de fora dela e de usuários.

Permitir a prática está en-

tre as reformas que parlamentares esperam que impulsionem a abertura do mercado de apps.

A Apple afirmou que as agências queriam garantir que seriam capazes de impedir que funcionários do governo façam "sideloading" de aplicativos em iPhones comprados pelo governo e que vários disseram que planejavam bloquear o sideloading nos dispositivos que gerenciam.

"Uma agência governamental da UE nos informou que não tinha nem financiamento nem pessoal para revisar aplicativos para seus dispositivos, e planejava seguir confiando na Apple e na App Store porque confia em nós para examinar os aplicativos de forma abrangente", disse.

A empresa não forneceu detalhes sobre o número de agências envolvidas e os países onde estão localizadas.

Desenvolvedoras como a criadora do Fortnite, Epic Games, e a Spotify Technology, reclamam há anos de que as condições e restrições da Apple prejudicam seus negócios.